

# Mudar para melhor



# CDU mais forte

**vote** PCP-PEV    
é útil para si, é útil para o País

**PS, PSD e CDS-PP  
de acordo na política de «apertar o cinto»**

Não se deixe iludir por algumas promessas do PS, do PSD e do CDS-PP que até podem soar bem. A verdade é que da boca destes partidos, dos seus dirigentes e economistas, o que também se tem ouvido são anúncios de «medidas impopulares» e de «austeridade», novos apelos a sacrifícios de quem trabalha.

Seja a pretexto de problemas reais causados pela política que defendem, seja pintando ainda mais negra a situação para criar um ambiente de medo e resignação, o que realmente preparam é a **receita do costume**: «aperto do cinto» para os trabalhadores, para os reformados e para os pequenos e médios comerciantes, menor protecção dos direitos sociais, mas continuação das benesses ao grande capital e aos mais privilegiados e poderosos.

Face a isto, **o melhor não é esperar para ver. O melhor é mesmo votar CDU** porque assim estará a dizer «já basta!» a esta política em que uns comem os figos e a outros rebenta-lhes a boca.



**ATENÇÃO! A fotografia não mente.**

Em 17 de Março, não vamos eleger um primeiro ministro.

Vamos eleger 230 deputados.

O que quer dizer que o seu voto na CDU é sempre útil para representar as suas aspirações na Assembleia.



**Também não é verdade**

que o aspecto decisivo das eleições seja saber quem é o partido mais votado. O PS podia ser o mais votado, mas se existisse uma maioria do PSD com o CDS, de pouco lhe valeria isso. O PSD podia ser o partido mais votado, mas se existisse uma maioria de deputados do PS e da CDU, também não ia muito longe. Os deputados eleitos pela CDU nunca farão maioria com a direita e, quanto mais numerosos forem, mais possibilidades haverá de, na base maioria de deputados do PS e do CDU, nascer a política diferente e o governo melhor que fazem falta ao país.

**Para derrotar a direita,  
para conquistar uma política de esquerda**

## Não há voto mais útil que a CDU

**Atenção, muita atenção:** quanto mais perto estivermos de 17 de Março, mais o PS vai procurar esconder que vem de seis anos de repetidos entendimentos com o PSD e com o CDS e mais vai propagandear que os eleitores de esquerda, se quiserem derrotar o PSD, teriam de votar no PS.

Não é verdade: a derrota da direita será ficar em minoria na AR e, como **os votos na CDU** e os deputados eleitos pela CDU serão sempre votos e deputados que a direita não terá, **contribuem sempre utilmente para a derrota do PSD e do CDS.**

Ontem, hoje e amanhã, quem dá garantias de combate real à direita é a CDU.

Foi a CDU, e não o PS (que não exclui voltar a aliar-se ao CDS-PP), que já declarou que não fará entendimentos com a direita. E foi a CDU que, numa atitude responsável e construtiva, já declarou estar disponível para, a seguir às eleições, examinar empenhadamente as possibilidades de um nova política e de uma governação à esquerda.

O enfraquecimento da CDU só seria útil para o PS e para a direita que ficariam de mãos livres para mais entendimentos e para prosseguir as mesmas políticas que nos últimos anos, tantas vezes lhe causaram indignação e descontentamento.

Pelo contrário, **mais votos e mais deputados para a CDU significarão que a CDU terá mais força para, nos próximos quatro anos, estar ao seu lado na defesa das suas aspirações e para, logo a seguir às eleições, lutar para que as coisas mudem para melhor.**

em 17 de Março  
**vote CDU**

CDU - Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



**é útil para si, é útil para o País**



## Não troque acções concretas por conversa fiada!

Como está a ver, agora com eleições à vista, muitos prometem tudo e mais alguma coisa e até prometem o contrário do que andaram a fazer. Não é o caso do PCP e do PEV que não precisam de esconder ou de fazer esquecer as posições que tomaram, as lutas que travaram, as causas que defenderam.



Fomos nós que, na sequência da tragédia de Entre-os-Rios, fizemos uma valiosa interpelação ao Governo sobre **serviços públicos**, contra o desleixo e a incompetência e pela modernização, moralização e eficiência dos serviços do Estado.



Fomos nós que, atentos e sensíveis à salvaguarda do **meio ambiente**, defendemos a criação de uma rede nacional de pistas dedicadas à circulação de velocípedes que, permitindo o uso em segurança da bicicleta e a sua generalização, contribuiria para reduzir a poluição, melhorar o ambiente urbano, proteger a saúde pública.



Fomos nós que mais chamámos a atenção para essa verdadeira tragédia que são os **acidentes de trabalho** no nosso país e o baixíssimo nível das pensões pagas aos sinistrados do trabalho. E que apresentámos um projecto de lei para revalorizar essas pensões, mas que não passou porque o PS votou contra e o PSD e o CDS-PP abstiveram-se.



Fomos nós que, enquanto o PS, PSD e CDS-PP apoiavam de facto a redução dos **salários** reais dos trabalhadores, sempre nos batemos pela melhoria dos salários e lançámos uma campanha nacional que recolheu 200 mil assinaturas a favor dessa justíssima reclamação.

# CDU

## Dez grandes objectivos para uma política de esquerda

- 1 Uma economia que defenda a produção nacional e desenvolva Portugal
- 2 Mais justiça fiscal, racionalização da despesa e combate ao desperdício dos dinheiros públicos
- 3 Valorização do trabalho com direitos e promoção do emprego de qualidade
- 4 Um País desenvolvido em todo o seu território, com salvaguarda do ambiente
- 5 Um Serviço Nacional de Saúde público e de qualidade
- 6 Um decisivo combate às desigualdades sociais, a garantia de uma segurança social pública e para todos
- 7 A promoção da educação, da cultura e da ciência, como objectivos centrais da sociedade portuguesa
- 8 Credibilizar a vida política portuguesa, reformar o Estado e a Administração Pública, promover uma justiça célere e de fácil acesso
- 9 Garantir o exercício dos direitos das mulheres e a participação em igualdade
- 10 Uma União Europeia de Estados soberanos e iguais em direitos, num mundo de paz e cooperação

# Medidas urgentes

## No quadro da nova política que propõe para o país, a CDU defende a urgente concretização de medidas como:

- o aumento do salário mínimo nacional** num valor anual não inferior à taxa de inflação acrescida de três pontos percentuais de modo a que atinja pelo menos 91 450\$ (456,15€) até ao final da legislatura;
- um aumento intercalar para as pensões mínimas em Junho próximo, com os valores de 4.880\$ (€ 24,34) para a pensão social; de 3.750\$ (€ 18,70) para a pensão mínima do regime geral e de 3.000\$ (€ 14,96) para as restantes pensões mínimas;**
- um programa de aumentos das diversas pensões** que permita que, no final da legislatura, atinjam o seguintes valores:
  - **52.100\$ (€ 259,87) para mínimas do regime geral** – beneficiários até 15 anos de contribuições;
  - **entre os 52.900\$ (€ 263,86)** – para as carreiras contributivas de 15 anos – e **os 81.400\$ (€ 406,02)** para as carreiras contributivas de 40 anos ou mais;
  - **superior a 38.200\$ (€190,54) para a pensão social;**
  - **superior a 45.500\$ (€ 226,95) para os trabalhadores agrícolas;**
- plano de combate à precarização** e ao falso trabalho independente, tornando efectivos os contratos referentes a postos de trabalho permanentes;

- adopção de um calendário de redução progressiva do horário normal de trabalho para as 35 horas semanais**, sem redução de salário nem perda de direitos;
- continuação do desagravamento dos impostos sobre os rendimentos do trabalho**, nomeadamente para as famílias mais numerosas;
- gratuidade dos livros escolares** no ensino público até ao fim da escolaridade obrigatória (9.º ano);
- garantia de acesso imediato às consultas** de Centros de Saúde e em tempo útil às consultas e internamentos hospitalares; **redução dos gastos da população e do Estado com medicamentos**, promovendo a utilização dos genéricos, e dispensando gratuitamente nos hospitais os medicamentos aí receitados cuja comparticipação pelo Estado seja mais onerosa; aumento significativo da comparticipação em despesas com óculos, aparelhos auditivos, próteses dentárias e outras próteses, ortóteses e aparelhos de compensação;
- combate ao elevado número de cortes de energia eléctrica** em muitas zonas do interior e **redução em 10% dos preços da energia eléctrica** para uso doméstico;
- ajudas agrícolas proporcionalmente maiores para as pequenas explorações;**
- revogação dos recentes aumentos dos serviços de registo predial e civil e de notariado** que criaram grandes injustiças para a generalidade da população e para os pequenos proprietários;
- valorização do passe social intermodal** existente na Área Metropolitana de Lisboa como título de transporte, alargando o âmbito das coroas e estendendo o seu uso a todos os operadores.

**Em 17 de Março: não falte com o seu apoio a quem sempre o apoiou a si.**

